

Agentes policiais mostram o valor do seu trabalho no atendimento às vítimas do desastre de Santa Maria

Páginas 4 e 5



Conselho da Ugeirm discute sobre o posicionamento do sindicato no grupo de trabalho que vai discutir o plano de carreira da Polícia Civil

Página 7

# PLANO DE CARREIRA, FORTALECIMENTO DA CATEGORIA

Foto: Paulo Moliel



O decreto nº 50.109 de 25 de fevereiro de 2013, instituiu o grupo que vai iniciar o debate sobre as alterações na carreira dos agentes de polícia. No início do mês, as diretorias da Ugeirm e do Sinpol RS entregaram a Casa Civil indicação dos nomes que vão representar as entidades no Grupo de Trabalho (GT).

O Grupo de Trabalho vai definir o aproveitamento dos investigadores, a extinção da primeira classe e as atribuições dos agentes policiais. Precisamos de toda a categoria unida neste momento histórico da Polícia Civil gaúcha.

Na última reunião do conselho da Ugeirm, os representantes sindicais decidiram mobilizar os agentes policiais de suas regiões de origem para participarem da criação do nosso plano de carreira.

Temos a oportunidade de modernizar a instituição. Durante o ano vamos debater as questões para, em conjunto, definirmos a Polícia que queremos.

EDITORIAL

Avanços

A velocidade com que efetivamos conquistas nem sempre corresponde à urgência dos anseios da categoria. Não faz muito tempo, aliás, a luta da Ugeirm, que defende e representa os agentes policiais, focou-se em não ter direitos suprimidos. Em 2013, a criação de um grupo interinstitucional (decreto 50.109/13) para discutir nossa carreira deve encerrar um enorme avanço para a classe.

O grupo vai tratar de questões que dizem respeito a todos os agentes policiais. Tal como previsto na lei 14.603/12, será o momento de definir, em lei, as atribuições dos agentes policiais, cujas carreiras já foram reconhecidas como de nível superior.

A definição das atribuições não somente vai sublinhar a importância do nosso trabalho para a Polícia Civil e para a sociedade, como também reforçar o ilícito das hipóteses em que agentes são instados a usurpar funções que não são de sua competência – sob pena de punições diversas.

Um erro histórico, que colocou os investigadores em um limbo institucional, deverá ser corrigido. É preciso reaproveitá-los dentro de carreiras existentes, permitindo a todos agentes policiais justo tratamento isonômico quanto a direitos e deveres, sem que isso signifique prejuízo a nenhum inspetor ou escrivão. As vagas hoje “em extinção” podem perfeitamente incrementar o quadro de promoções futuras.

O governo também acusa sensibilidade para reduzir a quantidade de degraus de promoção em nossa carreira. Hoje, são cinco. A perspectiva de suprimir a classe inicial vai conferir mais atrativos no recrutamento, bem como permitir a todos os que estão em atividade vislumbrar a chegada ao último estágio da carreira pelo seu próprio mérito ou antiguidade, sem apadrinhamentos.

Modernizar a Polícia Civil compreende verificar a carreira dos servidores que compõem a sua base e, historicamente, tiveram direitos vilipendiados, negligenciados, quando não foram vítimas de arbitrariedades. Queremos, portanto, promover alterações no Conselho Superior de Polícia, de modo que suas atribuições fiquem mais claras e que os agentes, enfim, tenham assento naquela instância administrativa.

Os trabalhos, uma vez iniciados, terão participação de diversas vozes institucionais, para além da representação sindical. A expectativa é de que, entre 90 e 180 dias possamos anunciar notícias que signifiquem dias melhores para todos os agentes. Todos, sem exceção, assim como foram conquistas importantes o reconhecimento de nossa aposentadoria, a criação de novas vagas e o calendário de remuneração por subsídios.

# A Polícia Civil e os Direitos Humanos

Jeferson Fernandes \*

**N**o Brasil, até bem pouco tempo atrás, era praticamente impossível imaginar uma convivência harmônica entre instituições policiais e defensores dos direitos humanos. Essa dificuldade se devia fundamentalmente ao período de ditadura militar, onde o Exército Brasileiro protagonizava terrorismo de estado contra quem fosse oposição ao regime, o que legitimava outras forças de segurança a fazerem o mesmo.

Felizmente conquistamos a democracia. Agora, o que nos rege é o Estado Democrático de Direito. Há regras constitucionalizadas que tem de ser obedecidas pelo povo e pelas autoridades. Contudo, muitos resquícios do passado ditatorial nos perseguem todos os dias.

Há muitas pessoas que comandaram torturas e execuções, imbuídos de funções na área da segurança que atacam cotidianamente os direitos

humanos, sob a alegação de que esses agem apenas em defesa de bandidos. As vítimas da ditadura militar que continuam vivas ou seus parentes, por sua vez, tem dificuldades em acreditar numa polícia cidadã, que aja em proteção da sociedade, sem praticar atos de violação da dignidade humana, devido as marcas que carregam.

Ouso dizer que avançamos muito. Não só na lei. A Polícia Civil do Rio Grande do Sul, por exemplo, efetuou 306 operações ao longo de 2012, empregando mais de nove mil policiais com o cumprimento de 4830 mandados de busca e apreensão e 3220 mandados de prisão, isso sem desferir um único tiro e sem precisar agredir ninguém. Essa é a maior prova de que devemos perseguir a excelência em investigação e em ações planejadas.

Também é motivo de satisfação ver a Polícia Civil gaúcha atuando na rede de proteção das mulheres e crianças vítimas de violência e exploração sexual. São muitas delegacias especializadas com equipes multidisciplinares e em

sintonia com os conselhos tutelares, a Brigada Militar, Ministério Público e diversas Varas Judiciais.

Os desvios de conduta de determinados membros da corporação investigados pela Corregedoria da Polícia Civil tem se mostrado como ações que fogem a regra. Exemplo disso foi a prisão em flagrante, há alguns dias, de um inspetor de Sapucaia do Sul que tentava subornar uma jovem.

Ao continuarmos assim, com respeito aos direitos humanos, fortalecendo a inteligência em detrimento da força bruta, integração das autoridades policiais com outros setores da sociedade que também querem menos violência e punindo exemplarmente os que geram maus exemplos, estaremos consolidando uma referência de polícia cidadã para o Rio Grande do Sul, para o Brasil e para o mundo.

\* Deputado Estadual PT – Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos ALERGS



### Subserviência

Mas e daí, o que dizer de um delegado ou delegada que pede ao agente que vá pagar suas contas pessoais? E o agente que aceita fazer? Testemunhar subserviência e submissão desse tipo não é mais cabível, mas constatamos que existe e muito na nossa polícia.

### Tranca rua

Antes de 2011 recebíamos ligações diárias cobrando solução para aposentadoria especial. Conquistado esse direito, agora recebemos ligações diárias de colegas se queixando que aqueles que já tem tempo para aposentar-se, mesmo estando na última classe, não querem mais ir para casa, liberando assim a ascensão dos demais.

### Horas Extras

Até quando a falta de efetivo vai ser argumento par justificar o atraso do

pagamento das horas extras?.

### CSP

Dois pesos e duas medidas: a balança do conselho superior de policia sempre pesa mais quando o julgado é um agente de policia. Quando se trata de delegados possui a leveza de uma pluma.

### CSP II

É preciso rever urgentemente o carater de tribunal de exceção do csp. Órgãos como a policia federal nao possuem esse tipo de anacronismo



Jornal da Ugeirm – Sindicato dos Escrivães, Inspectores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul  
Fundado em 20 de março de 1980

**Jornalista responsável:** Marcela Brandes. **Textos:** Marcela Brandes e Fábio Carvalho. **Projeto gráfico e diagramação:** Engenho Comunicação e Arte Ltda. **Logo capa:** PS Criação. **Impressão:** Gazeta do Sul **Tiragem:** 8 mil exemplares. **Periodicidade:** bimestral - **Administração:** Rua Lobo da Costa, 480 - Porto Alegre – RS - Cep 90050-110 – Fone (51) 3225.1707 / **Alojamento:** Rua Inácio Montanha, 37 – Porto Alegre – RS – Fone (51) 3225.1367. Colônia de Férias: Avenida das Flores, 1115 – Pinhal – RS – Fone (51) 682.2160  
**E-mail:** ugeirm@ugeirm.com.br - **Contatos com o jornal:** imprensa@ugeirm.com.br

www.ugeirm.com.br

# Policial aposentado precisa ter segurança

Obrigados a devolver seu instrumento de trabalho, aposentados se sentem inseguros com a medida

No ano passado, a Chefia de Polícia publicou portaria que determina a devolução de todas as armas que estavam em carga. A medida é alvo de justas e fundadas críticas da categoria. Mais do que isso, é uma temeridade.

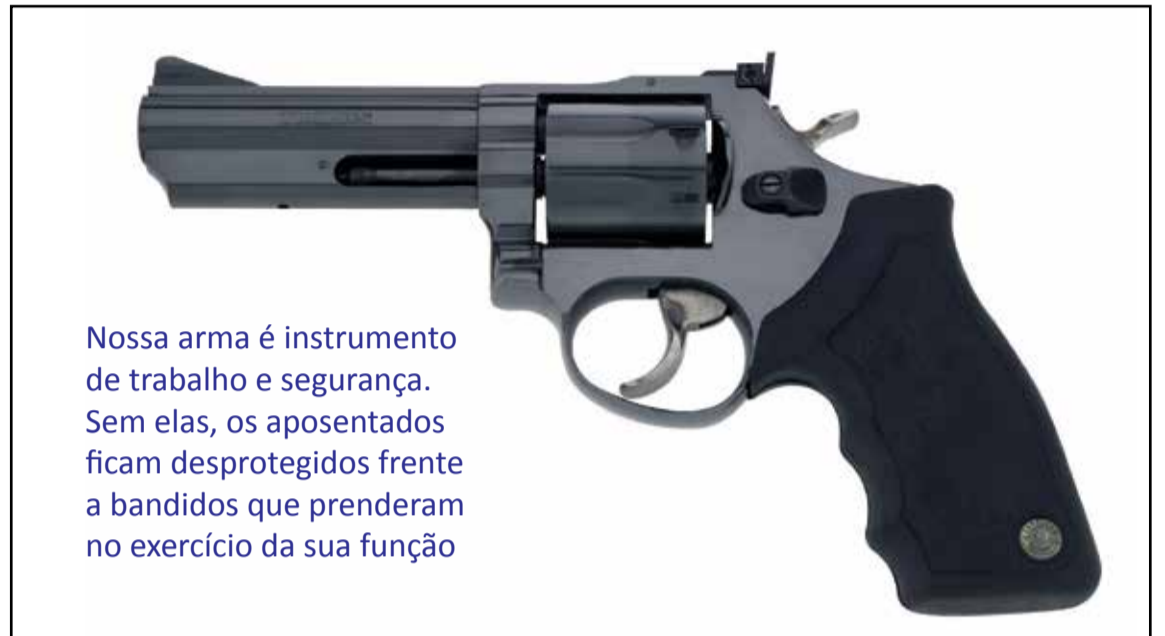
A Ugeirm vem trabalhando para encontrar solução que equacione a legalidade e o proceder administrativo com a necessária segurança àqueles que atuaram como policiais civis, muitas vezes por mais de três décadas.

“Policiais que deixam as delegacias costumam ser visados pelos bandidos que prenderam um dia. Deixá-los sem nenhuma proteção é coisa que a lei não pode fazer sem cometer uma injustiça sem tamanho. O Estado tem que ser sensível à esta rea-

lidade verificável. Muitos aposentados trabalharam anos em linha de frente. Já houve casos de aposentados vítimas de homicídio”, diz Isaac Ortiz.

O presidente do sindicato esclarece que a cessão de uma arma ao policial aposentado sempre foi a praxe da Polícia Civil. O sindicato pretende garantir, inicialmente, garantias àqueles policiais que já estão aposentados e têm consigo a arma que lhe foi confiada após a inativação.

Ainda que em fase transitória, a Ugeirm aventa possibilidades que podem contemplar, num primeiro momento, a situação de urgência criada pela portaria. Uma delas é a hipótese de o policial aposentado comprar a arma que lhe foi confiada.



Nossa arma é instrumento de trabalho e segurança. Sem elas, os aposentados ficam desprotegidos frente a bandidos que prenderam no exercício da sua função

“Não podemos nos esquecer, ademais, que muitos aposentados ganham muito pouco e teriam dificuldade óbvia em honrar este compromisso de uma hora para outra”, acrescenta Ortiz.

Há muitos anos, a Ugeirm postula que ao policial civil possa ser facultada a compra de uma arma para uso pessoal, mas tal proposta nunca encontrou trâmite célere junto aos interlocutores de

diversos governos e parlamentares. Agora, criou-se uma situação de urgência, cuja solução precisa ser viabilizada em tempo hábil e sem expor aposentados a riscos desnecessários.

## Ugeirm é homenageada por solidariedade com os parentes das vítimas de Santa Maria

A prefeitura de Porto Alegre parabenizou os parceiros do Centro de Hospitalidade pelo eficiente trabalho e a rede de solidariedade para tentar amenizar a dor das vítimas e seus familiares.

A Ugeirm, um dos parceiros do Centro de Hospitalidade da Secretaria Municipal de Saúde, recebeu homenagem da Prefeitura de Porto Alegre por disponibilizar seu Hotel de Trânsito para hospedar parentes das vítimas do incêndio da boate Kiss em Santa Maria. O sindicato manifestou esse gesto de solidariedade em nome de todos os seus filiados.

O hotel cedeu espaço para 20 pessoas desprovidas de condições econômicas para custear sua estadia em Porto Alegre. A facilidade na locomoção até o hospital foi outro fator positivo para essas famílias.

Policiais civis que estavam de passagem pela capital cederam seu espaço no hotel de trânsito para esses parentes. A doação e a compreensão desses agentes demonstram a grandeza moral desses profissionais. Merecem ser reconhecidos pela abnegação num momento de tamanha comoção e solidariedade.

### Centro acolheu vítimas

O Centro de Hospitalidade da Secretaria Municipal da Saúde foi montado para o acolhimento solidário às famílias das vítimas da tragédia de Santa Maria. O objetivo do centro é auxiliar quem passou por esse proces-

so traumático. Para manter o funcionamento e atender com qualidade, foi solicitado amparo de diferentes instituições.

Servidores, voluntários e instituições de Porto Alegre que se mobilizaram para dar apoio às famílias das vítimas da tragédia na boate Kiss, em Santa Maria, foram homenageados pela prefeitura de Porto Alegre. Ao todo, 31 instituições (empresas da área de saúde, hospitais, hotéis, restaurantes, clubes, sindicatos e entidades de assistência) e outras 123 pessoas (voluntários e servidores) receberam o reconhecimento da prefeitura pelo trabalho abnegado de auxílio às vítimas e familiares.



Veja no site da Ugeirm os aniversariantes dos meses de março e abril.

[www.ugeirm.com.br](http://www.ugeirm.com.br)

# Agentes policiais mostram no atendimento às vítimas

Muita solidariedade, organização e dedicação dos agentes e

**O** incêndio na boate Kiss em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, deixou 241 mortos na madrugada do dia 27 de janeiro. A tragédia teve repercussão internacional e foi considerada a maior da história do estado. A ação da Polícia Civil demonstrou a competência e a capacidade desses profissionais de agirem em momentos de calamidade. Não há treinamento específico para catástrofes dessa proporção. E os agentes policiais realizaram um excelente trabalho.

Cada agente policial foi peça fundamental para o sucesso na operação. A identificação de todas as vítimas foi realizada com uma rapidez inesperada. A organização do local, do tráfego de pessoas, o encaminhamento dos familiares para reconhecer seus filhos, irmãos ou sobrinhos. Houve trabalho em equipe, sensatez nas ações e dedicação. Características que levaram a resultados altamente satisfatórios.

Foram momentos difíceis e intensos. A comoção com todo o sofrimento dos familiares e a quantidade de vítimas foi separada da atividade profissional. Principalmente para os policiais que possuíam amigos e familiares envolvidos na tragédia. Proporcionaram uma ação bem sucedida, apesar de chocados com o que tinha acontecido. No momento, o único objetivo era atender aquela população em desespero.

Policiais Civis de plantão, de folga, aposentados, lotados em Santa Maria e de outros municípios se disponibilizaram para trabalhar na tragédia que abalou o estado. Agentes que estavam em outras operações, de plantão em outras delegacias, se deslocaram para ajudar. Sem cansaço ou reclamações, houve agentes que ficaram no local desde o início do incêndio até o dia seguinte.

Em mais de 24 horas após o início do incêndio, o Centro Desportivo Municipal para onde os corpos foram levados após o resgate ainda se encontrava repleto de familiares, onde a Polícia seguia no trabalho de assistência as famílias.

Os policiais se envolveram diretamente com os corpos, efetuando a remoção dos mortos de dentro do local, reconhecendo as vítimas. Um momento traumático. Após a adrenalina é doloroso relembrar as cenas de horror que vivenciaram para socorrer as vítimas. Um cenário assustador que não é elaborado no momento do atendimento. O próximo passo é assistir esses servidores com cuidados e atendimento psicológico.

## Investigação

A Polícia Civil continua trabalhando intensivamente no processo investigativo. O inquérito para responder quem são os responsáveis pela tragédia está em andamento e já possui mais de 8000 páginas. Agentes policiais de Porto Alegre e outros municípios foram cedidos para a 1ª delegacia de Santa Maria para ajudar na investigação.

Após um mês da tragédia, o trabalho é contínuo. Os agentes policiais continuam tomando depoimentos, apurando as condições da casa noturna e averiguando rigorosamente as causas do incêndio.

## Voluntários

O trabalho e a dedicação de todos os profissionais que participaram da força-tarefa no atendimento ao desastre foram de extrema importância para a agilidade no atendimento às vítimas. Voluntários distribuíam comida e bebidas para as pessoas que trabalhavam no local e carros com doações chegavam a todo o momento. Cartazes ofereciam locais para banho e descanso nas imediações. São nessas situações de caos que vislumbramos seres humanos heróicos e dispostos a ajudar.

Foram mais de 5000 voluntários, entre agentes policiais e outros profissionais que prestaram serviços no dia. Brigada Militar, IGP, Exército, Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, profissionais da área da saúde, voluntários anônimos, que se envolveram diretamente no resgate às vítimas, também merecem ser parabenizados pela doação, coragem e fraternidade num momento tão calamitoso.



Policiais Civis demonstraram seu profissionalismo e solidariedade durante a tragédia de Santa Maria.



Populares se juntaram aos profissionais e voluntários no atendimento às vítimas do incêndio.

# Em o valor do seu trabalho do desastre de Santa Maria

delegados de polícia na tragédia na região central do estado



a Maria



## A Tragédia

### Agentes policiais que trabalharam no dia da catástrofe falam sobre suas experiências.

**Pablo Mesquita**

Todos ali envolvidos tínhamos apenas um objetivo: dar o melhor de cada um para através do trabalho da Polícia Civil, darmos o conforto e a resposta que os familiares buscavam. Todos estávamos impactados com o tamanho da tragédia, mas ainda

assim, fomos além de nossas capacidades para fazer o trabalho que precisava ser feito.

**Marco Burlamaqui**

Uma experiência que não quero repetir nunca mais. Ter que informar a pais que seu filho estava morto e ficar firme sem

demonstrar a emoção que estava sentido servindo de apoio naquele momento. Muitos policiais se afastavam e escondiam-se para chorar.

**Débora Lorenzoni**

Posso dizer que o slogan da Polícia: "Para servir, para proteger" teve no momento da crise significa-

do e efetividade. O empenho, continua na delegacia, com o trabalho árduo dos delegados e dos agentes, que estão a dois meses distantes de suas casas e famílias, trabalhando aos fins de semana e até a noite para que o inquérito policial seja concluído e para que a sociedade tenha uma resposta.



# Plano de Carreira: mais uma conquista histórica da Ugeirm

Grupo de Trabalho vai formular plano de carreira e definir atribuições da Polícia Civil no estado do Rio Grande do Sul

Publicação oficial do Grupo de Trabalho é uma vitória para a Polícia Civil gaúcha. O decreto 50.109 de 25 de fevereiro de 2013, publicado em Diário Oficial, institui o Grupo de Trabalho que vai discutir e propor medidas para o plano de carreira dos agentes do quadro de servidores da Polícia Civil gaúcha. A publicação é um conforto as expectativas dos servidores policiais que já aguardavam o decreto desde junho do ano passado.

Conforme previsto no art. 5º da lei 14.073, as atribuições dos agentes serão definidas em lei. Também compete ao grupo discutir a possibilidade de aproveitamento do cargo de investigadores de Polícia e a supressão da classe inicial das carreiras dos agentes, a ser implementada no ano de 2018.

O grupo será composto por representantes da Secretaria de Segurança Pública, Casa Civil, Secretaria de Administração e Recursos Humanos, por intermédio do Comitê de Diálogo Permanente (CODIPE), a Polícia Civil, a Ugeirm e a Sinpol-RS. O presidente da Ugeirm, Isaac Ortiz e o vice-presidente, Fábio Castro serão os representantes titulares da entidade.

“É uma conquista histórica, temos a oportunidade de modernizar a Polícia Civil”, comemora Isaac Ortiz, presidente da Ugeirm. A Polícia Civil gaúcha está atrasada em relação a outras entidades na questão do plano de carreira. Praticamente, todas as categorias do serviço público já possuem uma estruturação de carreira.

Com a publicação do grupo de trabalho a Polícia gaúcha

tem a oportunidade de construir o seu plano. A segurança pública é de fundamental importância para o funcionamento do Estado. É inerente a necessidade de servidores comprometidos e satisfeitos.

A Ugeirm vai encaminhar outras questões ao grupo interinstitucional. Estabelecer critérios para promoção e fixar interstício de no máximo cinco anos, seja por merecimento ou por antiguidade, para aliviar o gargalo de vagas no quadro da Polícia Civil. Além de permitir que todos possam chegar ao final da carreira se permanecerem na Polícia e se tiverem boa conduta. A volta dos concursos regionalizados para fixar o agente em seu local de origem, facilitando a sustentabilidade do servidor.

## Aproveitamento dos investigadores

O cargo de investigador está extinto desde 1997. A proposta é criar 293 vagas na quarta classe e 293 na classe de comissários. Assim, aproveitam-se os investigadores e os tiram da extinção.

Essas vagas na quarta classe e na classe de comissário serão absorvidas pelos escrivães e inspetores a cada vez que um investigador for promovido a



comissário ou aposentar-se. Beneficiando assim toda a categoria.

Os investigadores não concorrerão com os atuais escrivães e inspetores de quarta classe. São inúmeros os casos de investigadores que exercem funções de chefia, sendo necessária uma reparação na carreira. Cada investigador que se aposenta representa novas vagas que poderão ser aproveitadas pelos escrivães e inspetores posteriormente.

Essas novas vagas também vão beneficiar os agentes das turmas de 93 e 94 que ficaram muito tempo sem promoção, estando a maioria até hoje na segunda classe. Esse maior número de vagas pode corrigir essa distorção.

## Extinção da primeira classe

A extinção da primeira classe é muito importante para a categoria. Vai deixar a carreira dos agentes com apenas quatro níveis, reduzindo o tempo para que o agente alcance o ápice da carreira, assim como os delegados, e os servidores da Polícia Federal. Além disso, tem a vantagem de tornar o salário inicial maior do que os 5.500 reais previstos para a primeira classe, fazendo com que a carreira seja mais atrativa.

## Atribuições

A lei 14.073 reconhece os agentes de polícia como carreira de nível superior dada a complexidade e a responsabilidade

das atividades desempenhadas. Foi fundamental valorizar a carreira do agente policial. O regulamento foi aprovado por unanimidade pela assembleia geral da categoria. O próximo passo é definir em lei as atribuições dos agentes.

A definição das atribuições decorre também do grande esforço de agentes de várias regiões policiais para implementar a Operação Cumpra-se a Lei (OCL). Campanha de nível nacional realizada pela Confederação Brasileira de Policiais Cíveis (Cobrapol). A campanha permanente é uma valorização ao trabalho do agente de polícia e um instrumento de defesa das perseguições, ameaças de punição e retaliações sofridas pelos agentes.

## Ugeirm lamenta morte de dois colegas

É com lamento e revolta que notificamos o falecimento de dois colegas. Agentes policiais assassinados por delinquentes com várias passagens pela Polícia. Agressores da sociedade que estavam livres para demonstrar sua covardia.

Michel Vieira, 23 anos, agente policial recém-formado, foi impedido de avançar na sua carreira. Em janeiro deste ano, foi atingido por sete tiros num assalto a lancheria do seu

padrasto. Tentou salvar a vida de sua mãe e dos clientes que estavam no estabelecimento na hora do assalto. Demonstrou bravura e profissionalismo com tão pouco tempo de serviço.

A comissária aposentada, Vanda Teles de Castro, 60 anos, foi assassinada com dois tiros por dois homens que tentaram levar seu carro. A policial tentou se defender do ataque, mas acabou atingida por dois disparos no peito. O atirador fugiu com seus comparsas que

o aguardavam no carro.

Um policial é morto a cada 32 horas no Brasil. Segundo dados da Folha de São Paulo, no ano passado, até 31 de outubro, 229 policiais civis e militares tinham sido assassinados no país, 79% deles estavam de folga, em situação vulnerável. Em Porto Alegre só este ano, foram nove casos de latrocínio. É necessário criar mecanismos para mudar essa realidade e proteger os agentes policiais.



# Reunião do conselho debate plano de carreira

Conselho da Ugeirm discute sobre o posicionamento do sindicato no grupo de trabalho que vai discutir o plano de carreira da Polícia Civil

O conselho da Ugeirm teve seu primeiro encontro nesta quinta, dia 14 de março, para dialogar propostas sobre o plano de carreira da Polícia Civil. A publicação do decreto 50.109 de 25 de fevereiro de 2013, cria o Grupo de Trabalho que vai definir o aproveitamento dos investigadores, a extinção do padrão 6 e as atribuições dos agentes de polícia.

**D**iretores do sindicato, representantes da capital, região metropolitana e do interior vão se organizar para promover debates em seus locais de origem com a intenção de envolver todos os agentes policiais na discussão.

A principal tarefa dos representantes sindicais será mobilizar os policiais civis para participar das decisões do grupo de trabalho. A organização da categoria num momento tão importante da história da Polícia Civil é fundamental para

construirmos a polícia que queremos. “Temos a grande oportunidade de modernizar a Polícia Civil. É um momento histórico para nossa categoria”, fala Isaac Ortiz, presidente do sindicato.

O último plano de carreira da Polícia Civil data de 1969. Com algumas reformulações no estatuto em 1980 e remendos em 1987, a Polícia possui regulamentação retrógrada para os acontecimentos atuais. O Brasil inteiro está reformulando cargos na Polícia Civil. Existiam no Brasil 68 cargos dentro da



instituição. Esse excesso causa confusão dentro da entidade.

Mais do que nunca precisamos de uma categoria unida e organizada. Os

agentes devem participar do processo em debate, comparecer nas reuniões e levar suas propostas. Juntos, podemos mais.

## Por uma Polícia Civil profissionalizada, com delegacias adequadas e neutralidade administrativa

Ugeirm cobra resposta do Governo de ofício com reivindicações para a categoria

A Ugeirm, em defesa da categoria policial, durante a campanha de 2010, entregou ao Governador Tarso Genro, ofício solicitando mudanças necessárias na realidade do agente policial. Precisamos aprimorar os conhecimentos dos servidores, criar um ambiente de trabalho adequado com instrumentos em boas condições de uso e sem políticas de ordens arbitrárias ou ameaças de punição. A Ugeirm cobra respostas sobre as reivindicações.

### Acadepol

A Academia de Polícia (Acadepol) precisa ser totalmente reformulada. Em relação ao seu corpo docente, aumentando o período do curso, que hoje é insuficiente para viabilizar uma formação de qualidade aos que ingressam na carreira.

É necessário profissionalizar o corpo

docente da Acadepol. Os profissionais que ministram aulas na academia precisam de incentivo para aprimorar seus conhecimentos programáticos e disponibilizarem de mais recursos para realizar suas aulas.

Os agentes que são instrutores e investem no seu conhecimento e na sua profissionalização. A Ugeirm defende que os agentes que possuem mestrado e outras formações acadêmicas devem receber méritos como estímulo ao seu empenho.

### Modelo de atendimento de delegacias

Um lugar onde vítimas e presos dividem o mesmo ambiente, não é um local adequado para um bom serviço policial e nem para um bom atendimento a comunidade. A 2 DPPA de Porto Alegre é assim. Outras delegacias também possuem ou-

tras precariedades. No interior o problema se multiplica. Servidores trabalham sem efetivo e sem estrutura. Na região carbonífera, em Minas do Leão, um funcionário trabalha num ambiente com buracos no chão e infiltrações nas paredes.

É preciso acabar com o balcão de delegacia. A Ugeirm defende que as novas delegacias possuam um modelo com estabelecimentos planejados e com atendimento individualizado. Um modelo simples que já é aplicado em delegacias no interior do estado, a exemplo de Pelotas e Palmeira das Missões. Precisamos adotar um padrão de delegacias que ofereça condições adequadas aos servidores e usuários.

### Assédio Moral

Retaliações, ameaças de penalidades, remoções por conveniência de serviço,

sindicâncias, corte de horas extras, exclusão de reforços e de operações especiais. São esses exemplos, entre muitos outros, de assédio moral. E muitas dessas arbitrariedades acontecem apenas porque os agentes estão cumprindo suas atribuições.

A Ugeirm levantou a campanha da Operação Cumpra-se a Lei (OCL) para manifestar apoio aos policiais que vivenciam arbitrariedades administrativas. A Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (SARH) prepara projeto de lei para punir assédio moral no serviço público gaúcho. É preciso uma lei para caracterizar e punir e também precisamos organizar formas para que o assédio moral não aconteça. Com a publicação do decreto que vai definir as atribuições dos agentes policiais temos o início dessa caminhada.



**UNIODONTO**®  
PLANOS ODONTOLÓGICOS  
**PORTO ALEGRE**

A Uniodonto Porto Alegre atende em todo o estado do Rio Grande do Sul. Para se beneficiar com os serviços é necessário entrar em contato com a Portomed (telefone 51 3029-2001) e se cadastrar. O convênio oferece planos odontológicos para policiais e seus dependentes com desconto em folha de pagamento.

# Desenvolvimento para quem?

Porto Alegre tomada por obras, corte de árvores, espaços públicos sendo privatizados e remoção de famílias das comunidades mais pobres sem participação popular em nenhuma dessas decisões.

Fotos: Leandro Anton

A prefeitura municipal usa como desculpa os recursos disponibilizados para obras de infraestrutura pelo governo federal para pressionar e violar a cidade com tantas empreitadas e remoções. Divulga para a população que o governo federal pressiona para que a obra fique pronta e ameaça retirar o recurso caso isso não aconteça.

**O** aceleramento das obras e a consequente violação dos direitos não podem acontecer por pressões governamentais. Recursos federais não podem ser empregados para um desenvolvimento que fere o cidadão. Todo esse desenvolvimento para quê? Para quem?

A população não solicitou privatização dos espaços públicos, obras de mobilidade com grandes impactos no patrimônio históricoambiental da cidade (sem a discussão com a comunidade), isenção fiscal para empreiteiras, reassentamento forçado de milhares de famílias que lutam para garantir o direito à moradia e à democracia e o desrespeito à paisagem arborizada da cidade.

## Privatização dos espaços públicos

Porto Alegre está deixando de ser de seus cidadãos para que a iniciativa privada passe a ter o poder de decidir sobre os espaços públicos. No começo de outubro de 2012, o Largo Glênio Peres, tradicional espaço público do centro de Porto Alegre, foi palco de uma manifestação do movimento Defesa Pública

da Alegria contra as privatizações da copa 2014.

O movimento, formado fundamentalmente por jovens da capital é uma das manifestações que criticam esse tipo de política pública. "A ideia da primeira Defesa Pública da Alegria era manifestar publicamente o descontentamento cidadão com essas políticas e exaltar a cidade como um espaço de convívio, democrático, ou seja, saudável e alegre", diz o movimento, explicando as razões do protesto no Largo Glênio Peres. O sucateamento de espaços e serviços da prefeitura levam a desculpa da necessidade de privatização dos mesmos.

## Paisagem urbana

Em janeiro, foram derrubadas 14 árvores da Praça Júlio Mesquita em frente à Usina do Gasômetro. Segundo o prefeito, a população não as utilizava.

Alguns jovens presentes momento da derrubada das árvores, imediatamente subiram nos troncos para impedir que as árvores fossem retiradas. Outros fizeram campanha nas redes de relacionamento da internet agendando um protesto para o dia seguinte. 500 pessoas



compareceram na manifestação em apenas 24 horas de mobilização. A população que não utilizava as árvores realizou uma manifestação pacífica e criativa que trouxe a tona uma prática impositiva por parte da prefeitura, que nunca esteve aberta ao diálogo. Quem queria o que?

## Obras públicas

As obras da copa a serem realizadas na cidade têm causado grande preocupação

às populações, principalmente da periferia. No entanto, afetarão toda a população portoalegrense. Isso porque a maioria das obras prevêem a realocação de centenas de famílias pobres, que hoje moram em áreas valorizadas de Porto Alegre, em bairros carentes e com pouca infraestrutura. E nem estão previstas obras de infraestrutura para estes bairros. Já ocorrem também a pressão e a articulação de construtoras para

ocupar áreas consideradas de alto valor imobiliário. São os casos do Morro Santa Teresa, da Orla do Guaíba e da Vila Liberdade.

Movimentos sociais e populações que serão atingidas estão organizando comitês da copa em todas as capitais a fim de debater as obras e reivindicar melhorias. Em Porto Alegre já há dois comitês formados: um na região do Centro e outro no Morro Santa Teresa.

